Notas para uma discussão do conceito de filosofia

Olavo de Carvalho

Não acredito que, pelos próximos trinta ou quarenta anos, apareça nesta país alguém qualificado para fazer uma “análise” – muito menos uma “análise crítica” – do meu trabalho de filósofo, escritor e educador. O material que o documenta é tão vasto, inabarcável e caótico – nove décimos inédito em livros e espalhado em apostilas e gravações de aulas --, que só alcançar uma visão de conjunto da sua estrutura *material* já é esforço para uma vida inteira. Se não fizeram esse esforço nem com a obra do Mário Ferreira dos Santos, que é muito mais valiosa e pelo menos está praticamente toda impressa em livros –, por que vão fazer com a minha? Pior: o Mário situa-se claramente em algum ponto da história do pensamento, que o Pe. Carlo Beraldo descreveu como uma síntese – quase impossível, aliás – de pitagorismo e tomismo, ao passo que tudo o que pensei, disse e escrevi foi sempre em resposta a uma situação cultural e existencial imediata, sem a menor preocupação de me definir nos termos de alguma corrente ou tradição.

Na verdade, sempre tive horror visceral de “problemas filosóficos” genéricos, colocados como grandes questões teóricas independentes do local e do tempo. Se algo aprendi com a filosofia espanhola de José Ortega y Gasset e Julian Marías, a cuja leitura deslumbrada consagrei tantas horas na minha juventude, é que toda pergunta formulada *urbi et orbi* não tem sentido nenhum exceto aquele que cada um lhe atribua desde a circunstância histórica e biográfica muito peculiar que é a sua. Então por que não abandonar logo as grandes perguntas e dedicar-nos a buscar uma orientação nessa circunstância, a compreender os fatores que determinam o curso da nossa vida, moldam a nossa personalidade e geram, no mais das vezes sem que o percebamos, as nossas “opiniões”?

Não foi dessa maneira, afinal, que a filosofia começou? Um aspecto que chama a atenção nos diálogos socráticos é que o filósofo jamais parte das alturas gerais de uma questão pronta, mas extrai as questões da própria situação de discurso em que se confronta com seus concidadãos atenienses. Não é isto uma exigência elementar decorrente do *nosce te ipsum*? Como posso conhecer-me a mim mesmo se tudo o que faço é discutir pontos consagrados na bibliografia filosófica e, mais ainda, se o faço não desde o empenho pessoal de orientar-me na existência, mas desde um papel social pronto, com um regulamento, um plano de carreira e critérios estabelecidos de aceitação e sucesso no meu grupo profissional, se não também numa patota ideológica?

A filosofia tal como a encontrei em Sócrates era o processo pelo qual uma consciência se apropriava de si mesma e da sua situação na existência, buscando cada vez mais uma atitude responsável perante o conhecimento e a vida. Esse processo era evidentemente inseparável do desenvolvimento da personalidade, da absorção e integração das várias dimensões da vida psíquica, incluindo as paixões e o "inconsciente", mas também as correntes de idéias e opiniões em circulação, que infectam as cabeças sem que estas tenham o menor controle sobre as influências recebidas (chegou-se ao cúmulo de que uma coisa chamada "consciência crítica" se tornasse ela própria um dos meios mais eficientes de espalhar infecções). O filósofo era alguém no qual, em todas as circunstâncias da vida pessoal e pública, uma consciência centrada e senhora de si predominava sobre a confusão interna e externa e contribuía, de algum modo, para restaurar a ordem nas almas em torno.

A filosofia como "profissão", tal como se exercia nas nossas universidades, não apenas nada tinha a ver com isso mas era quase uma garantia de que a filosofia no seu sentido originário não poderia caber ali de maneira alguma, exceto talvez como idiossincrasia de esquisitões perfeitamente deslocados do ambiente.

Tudo isso já estava claro para mim aos vinte e poucos anos. Mais tarde aprendi em Eric Voegelin que o surgimento da filosofia na Grécia, perdida a síntese da "civilização cosmológica", respondia à necessidade de buscar a ordem na sociedade por meio da ordem na alma do filósofo, mas isso só confirmava algo que pessoalmente eu já estava buscando fazia tempo.

Sir Michael Dummett define a filosofia como uma atividade "para pessoas que gostam de argumentos abstratos", e o prof. Gianotti como "um trabalho com textos". Um sujeito pode terçar argumentos abstratos e analisar textos pelo resto da sua vida sem amadurecer nem um pouco no sentido da consciência integrada, da "ordem na alma". O que ele faz pode ter "algo" a ver com a filosofia, mas não é filosofia de maneira alguma. O que aí se chama de filosofia é, na melhor das hipóteses, uma ocupação de nerds escrupulosos que não toleram um erro de lógica ou uma citação capenga, mas permanecem existencialmente atrofiados, incapazes de apreender as mais óbvias motivações das suas palavras e as implicações mais inevitáveis das suas atitudes na sociedade.

A ordem na alma é, com certeza, um tipo de "perfeição", mas não no sentido de uma completude final e sim de uma integração dinâmica, algo que se aproxima menos da imagem estática de uma jóia bem lapidada que da do músico que, nota após nota, vai reencontrando a unidade da frase ainda não terminada. Não é a perfeição da coisa perfeita, mas de um contínuo perfazer-se que nunca se perfaz.

A Igreja bem viu que as virtudes espirituais não florescem antes das cardeais, ou naturais – prudência ou sapiência, temperança, força e justiça. Mas era evidente, para mim, que estas

não se acumulavam como dons separados, e sim giravam em torno de uma consciência centrada e responsável, como meros aspectos abstraídos de uma realidade concreta. No sentido originário, a palavra “virtude” não designa um bom hábito, mas uma força, um poder que vem de dentro da alma.

Por isso mesmo não cabia reduzir a ordem da alma à perfeição da “conduta”. A conduta pode ser moldada desde fora, pela mera aquisição de hábitos, mas a questão decisiva é: esses hábitos estão integrados na alma e na consciência, como expressões da personalidade total, ou apenas as adornam como penduricalhos exteriores? Como é feia a bela conduta quando reveste uma alma tosca, fragmentária e superficial!

Sem a menor sombra de dúvida, o que me interessava era a perfeição puramente interior da consciência enquanto tal, mesmo que não se refletisse na conduta de maneira imediata e reconhecível.

É o absurdo dos absurdos que o exercício de algo chamado “filosofia” seja separado do desenvolvimento da consciência, da luta por uma personalidade completa e integrada. Se você fala disso numa faculdade de filosofia, responderão que isso é auto-ajuda ou assunto da faculdade de psicologia.

Mas como se pode buscar a verdade sem levar em consideração a qualidade da consciência que empreende a busca?

Recentemente, para compensar esse “handicap”, inventaram uma frescura chamada “filosofia clínica”, na qual o filósofo profissional se torna um doublé de psicoterapeuta. Como se a psicologia clínica não fosse ela mesma um campo profissional previamente delimitado e pudesse infundir no aluno as virtudes cardeais. Como se articulando duas profissões especializadas, com campos estritamente recortados, se pudesse atingir o âmago da consciência e desenvolvê-la desde dentro. Como se a perspectiva mesma do psicólogo clínico não implicasse a mais estrita neutralidade quanto aos valores morais, religiosos, políticos e existenciais do paciente – isto é, quanto a tudo o que é mais vital para o exercício da filosofia no seu sentido clássico.

Por outro lado, é claro que, se muitos livros de psicologia (ou, no contexto anglo-americano, de crítica literária) têm mais alcance filosófico do que boa parte daquilo que se publica sob o rótulo de filosofia, isso se deve precisamente ao fato de que a redução da filosofia a argumentos abstratos e análise de textos protege o estudante de qualquer contato intelectual com as questões da vida real, que em outras áreas de estudo não podem ser evitadas de todo.

Por exemplo, que raio de coisa pode ser uma “análise de textos” se não vem precedida de anos de formação literária? Pessoas sem capacidade de captar nuances de sentido só podem mesmo aspirar a uma linguagem unidimensional onde a cada “proposição atomística” corresponde um “fato científico”, porque se sentem desorientadas e atônitas diante de qualquer outra

linguagem. A “escola analítica”, ao menos na geração dos seus fundadores, constitui-se eminentemente de indivíduos que só conseguem ler o que eles próprios escrevem, ou o que foi escrito especialmente para eles. Os erros monstruosos de interpretação que Bertrand Russell comete na sua “História da Filosofia Ocidental”, quando trata, por exemplo, de Platão ou de Hegel – para não falar da aberração psicótica das suas atitudes políticas --, refletem a mutilação auto-imposta de uma mentalidade que, em prol da perfeição lógica, abdicou da sanidade, mais ou menos como o dr. Simão Bacamarte.

Tirei mais proveito filosófico de Kenneth Burke, William Empson ou F. R. Leavis que de qualquer “filósofo analítico”. O motivo é simples: Burke, Empson e Leavis treinaram para compreender a linguagem humana em vez de reduzi-la a um programa de computador.

Pelo lado psicológico, a coisa é mais séria ainda. Meu amigo Juan Alfredo César Müller definia “neurose” como uma mentira esquecida na qual você ainda acredita. Quantas mentiras esquecidas uma alma pode acumular dentro de si sem que isso deforme gravemente a sua visão dos “problemas filosóficos”, mesmo compreendidos no sentido mais reduzido e curricular da coisa? Que Russell e Wittgenstein fossem uma bela dupla de neuróticos é coisa que todo mundo sabe. Mas nada justifica proceder como se isso fosse um dado biográfico marginal, alheio ao “conteúdo” das suas filosofias. É quase impossível que a filosofia de um neurótico não seja, em boa parte, autodefesa psicológica contra algum fantasma, e que nisso não consista precisamente o seu sentido, por baixo da aparência teorética que a reveste. Separada dessa motivação profunda, uma proposição filosófica é apenas uma fórmula genérica e impessoal que pode ser posta em qualquer boca e que, por isso mesmo, não tem sentido nenhum. Só mesmo um nerd incapaz de dialogar com qualquer ente que não seja um computador pode imaginar que é possível compreender uma sentença isolando-a da motivação psicológica que a determina.

Mas isso não quer dizer que a condição psicológica favorável ao exercício da filosofia coincida com a “saúde mental” tal como a definem as várias escolas de psicologia clínica e psiquiatria. Esse é um conceito redutivo, que tem mais a ver com a adaptação a um determinado meio social – o qual pode ser ele próprio bem neurótico – do que com alguma noção filosófica do que seja uma consciência integrada. Não, malgrado a utilidade que alguns estudos de psicologia possam ter para o filósofo, nada o exime de saltar por cima das noções meramente clínicas (“científicas” o quanto se pretendam) e empreender por si mesmo a busca radical da ordem da alma, que transcende de muito qualquer conceito de “saúde mental”. Nenhuma noção pronta pode substituir esse esforço pessoal.

A perfeição a que me refiro tem menos a ver com as virtudes morais ou teologais do que com a integração da psique em torno de um núcleo de autoconsciência. Duas noções que absorvi da psicologia clínica ajudam a esclarecer isso. Uma é o “Ego pontifex” tal como descrito por L. Szondi: o ego como “construtor de pontes”, articulador das várias dimensões e tensões da psique. Szondi divide essas dimensões em: (1) hereditariedade e pulsões elementares; (2) ambiente social; (3) ambiente cultural; (4) espírito. As pulsões dividem-se em: (1) sexo; (2) carga e descarga de energia; (3) pulsão do ego; (4) contato social, cada uma subdividida num vetor positivo e num negativo. Ele compara o conjunto a um palco giratório cujo eixo é o ego. Este escolhe, a cada momento, a dimensão em que vai atuar (cognitivamente ou comportamentalmente), bem como as pulsões que vai liberar ou frear. A perfeição de que falo é a força integradora do ego, que tudo absorve e rege na máxima medida possível.

A isso se associava estreitamente a noção do “sentido da vida” tal como exporta por Victor Frankl: o apelo do espírito que unifica a psique através do ego.

A essas duas noções articulei a técnica da confissão permanente tal como aprendi em Sto. Agostinho. A filosofia tornava-se, assim considerada, a luta pela consciência e pela vida consciente, contra as forças anárquicas e obscuras de dentro (pulsões) e de fora (ambiente cultural e social). Uma versão modernizada e mais “técnica” da luta socrática pela ordem da alma, que é a vocação inicial e primordial da filosofia. Remover tudo isso para o campo especializado da psicologia clínica e da "auto-ajuda", limitando a filosofia a "argumentos abstratos" e "estudo de textos", é talvez o maior crime que ja se fez contra a filosofia desde o assassinato de Sócrates.

Sempre filosofei, enfim, "para a minha própria salvação", mas entendendo que salvar a alma das penas do inferno é obra de Deus na qual atuamos apenas como coadjuvantes bem modestos, ao passo que salvá-la da confusão terrestre, interna e externa, é obra nossa e nossa primeira obrigação, sem a qual a idéia mesma de salvar a alma arrisca reduzir-se a um fetiche, caso por milagre Deus não disponha de outro modo.

De uma década para cá surgiram escolas de pensamento que tentam restaurar, contra a redução da filosofia a uma disciplina teorética, a noção grega da filosofia como norma de vida e busca da sabedoria. Mas a filosofia não consiste em articular essas duas dimensões, e sim em jamais tê-las separado, em NÃO CONSEGUIR separá-las jamais. É ridículo imaginar que um homem de mentira, bem treinado em "argumentos abstratos" e "estudo de textos", pode chegar à verdade. Mas também é ridículo supor que ele pode reencontrar a unidade da sua consciência, ou recosturá-la "ex post facto", inspirando-se em Epicuro ou nos estóicos.

Para mim não há diferença NENHUMA entre desmontar as armadilha do meu próprio inconsciente, as da filosofia kantiana ou marxista e as do discurso político corrente, seja nas suas versões mais sofisticadas, seja no estilo chulé de um Lula ou de uma Jandira Feghali. Pior: a filosofia tal como a entendo EXIGE que não exista essa diferença.

A transfiguração da experiência em esquemas de memória, depois em símbolos, depois em conceitos que possam ser usados em “argumentos abstratos” é com certeza uma operação mais complicada que a transformação de animais em salsichas. “Argumentos abstratos”, considerados em si mesmos e sem a sua raiz no universo das percepções pré-verbais, são apenas um divertimento mental, decerto tão atraente quanto xadrez ou joguinhos de computador. Mas ninguém come salsichas porque odeia carne, ao passo que os cultores de “argumentos abstratos” se entregam a eles precisamente porque têm horror ou desprezo à experiência pré-verbal e à sua expressão poética, que acusam de “imprecisa”, “nebulosa” e “puramente subjetiva”, como se todo conceito não fosse apenas uma depuração – precária e sempre provisória -- dessa experiência e dessa expressão. Comem salsichas de porco, de vaca, de peru, acreditando piamente que são vegetarianos.

Se nenhum indivíduo humano pode ser conhecido mediante conceitos apenas, mas cada um requer a intimidade e uma troca de impressões indizíveis, por que Deus seria diferente disso? Toda discussão metafísica (ou antimetafísica) que não parta de uma longa intimidade pessoal com Deus não passa de fofoca da vizinhança.